



Anais da Assembléia

N. 13

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 11.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1.988
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Artagão Mattos Leão. À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Acyr Mezzadri, Djalma de Almeida César, Gernote Kirinus, Homero Oguido e Irondi Pugliesi (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

0 SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

0 SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

0 SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N.^o 43/88

Curitiba, 14 de março de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a redação do Art. 1.^o da Lei n.^o 8592, de 28 de outubro de 1987, acrescentando-lhe novos parágrafos, para redefinir a política de reajustes de vencimentos do funcionalismo público estadual.

A medida proposta justifica-se por tornar a incidência dos Decretos-Leis n.^o 2335, de 12 de junho de 1987, e 2336, de 15 de junho de 1987, introduzida pela lei que se pretende modificar, mais adequada à realidade política paranaense, sem deixar de lado, contudo, a utilização, como parâmetro, da Unidade de Referência de Preços - URP, por essa legislação federal instituída porém flexibilizando a sua aplicação de acordo com os resultados decorrentes do fenômeno inflacionário sobre a economia paranaense e seus reflexos no processo de arrecadação dos recursos financeiros e orçamentários de nosso Estado.

A proposição, na medida das possibilidades do erário do Estado e segundo um critério realista calcado na difícil situação econômica por que passam atualmente, não só paranaenses, mas todos os brasileiros, visa ainda atender as necessidades do funcionário público do Paraná, buscando preservar, até quanto se possa, o poder aquisitivo de sua remuneração, sem contudo chegar-se a uma situação de comprometimento do objetivo de meu governo, que é o crescimento do Paraná, para, através dele, possibilitar-lhe uma melhor qualidade de vida a todos os que aqui vivem e aqui investem seus recursos, seus esforços, sua confiança e sua esperança. E também para que não se inviabilize o pagamento do próprio funcionalismo, com sérias consequências tanto para a vida pessoal como para o desempenho funcional de cada servidor.

A nova política de reajustes, na forma proposta, advém de um momento de crise inflacionária que se espera seja passageiro. A URP - Unidade de Referência de Preços, trata-se de um remédio criado não para estimular a doença, mas contribuir com a sua cura.

Certo de que contarei com a compreensão dos ilustres integrantes dessa Augusta Casa de Leis e dos funcionários públicos do Paraná, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 8592, de 28 de outubro de 1987, acrescido de mais dois parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Aos servidores públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado e dos Poderes Legislativo e Judiciário, poderão ser aplicadas as disposições dos artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei nº 2335, de 12 de junho de 1987, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 2336, de 15 de junho de 1987, tendo por limite a média aritmética das variações percentuais mensais de crescimento nominal da receita derivada do imposto incidente sobre as operações relativas à circulação de mercadorias - ICM, apurada no trimestre imediatamente anterior.

§ 1º - As disposições contidas no "caput" deste artigo serão adotadas através de decreto do Chefe do Poder Executivo, por proposição da Secretaria de Estado da Administração, contendo tabelas de vencimentos de pessoal civil e militar, inclusive as dos funcionários de outros Poderes e Tribunal de Contas.

§ 2º - O decreto a que alude o parágrafo anterior será sempre precedido de pareceres técnicos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda e da Casa Civil.

§ 3º - Os índices de reajuste de que trata esta lei, não poderão suplantiar aqueles da Unidade de Referência de Preços - URP, e quando menores que os índices desta, não deixarão parcelas a serem consideradas em futuros reajustes."

Art. 2º - Para aplicação do disposto nesta lei, no corrente exercício, o reajuste tomará por base:

I - no mês de março, a variação percentual de crescimento nominal da receita derivada do Imposto de Circulação de Mercadorias ICM, verificada entre os meses de janeiro e fevereiro;

II - no mês de abril, a média aritmética das variações percentuais do crescimento nominal da receita derivada do mesmo imposto, verificada entre os meses de janeiro e fevereiro e de fevereiro e março;

III - nos demais meses, a regra do artigo 1º desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 1º de março do corrente exercício, ficando revogadas as disposições em contrário.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado
- À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 002/88, que denomina Rodovia Cícero Barbosa Sobrinho, a Estrada PR-484, que liga Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida a Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência às Mensagens nº 39/87, 51/87, 76/87, 83/87, 99/87 e 104/87, oriundas do Poder Executivo, dada a sua importância para a adoção de medidas que visam melhorar o funcionamento da máquina administrativa do Estado.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

As Mensagens encaminhadas pelo Executivo estão há muito tempo nesta Casa de Leis e ainda não foram apreciadas. Ao encaminhar tais Mensagens, o Governador pretende, segundo justificativas próprias, introduzir modificações no quadro administrativo do Estado; introduzir melhorias na máquina de arrecadação do Estado e impor tetos máximos e mínimos nos vencimentos do funcionalismo público estadual. Um exemplo claro é a mensagem que reduz o prazo de recolhimento do ICM pelos empresários. Deparamo-nos no momento com a proposta do governo em arrochar ainda mais os salários do funcionalismo, usando-se o argumento que o Estado não está arrecadando o suficiente.

E esta mensagem, apesar de estar há 9 meses nesta Casa, ainda não foi votada. A postura do Governador Álvaro Dias não é partilhada pelos Deputados Estaduais do PMDB, amplamente majoritários nesta Casa. E o que é pior que isto: não têm coragem de assumir publicamente suas posturas, demonstrando não teriam coragem de ser independentes do Executivo. Não fosse assim estas mensagens já teriam sido apreciadas. Não estamos arguindo a infalibilidade do Executivo. O Executivo tem o direito de propor as mudanças que entender necessárias. O Legislativo tem as prerrogativas de dizer sim ou não a tais mudanças. O Legislativo paranaense não pode tornar-se

refúgio de uma bancada que não quer manifestar suas posições, para não contrariar o Governador do Estado. Não podem os membros da Executiva da Assembleia, majoritariamente peemedebista, decidir por si só se tais propostas do Governador são boas ou não, para o Estado do Paraná.

Se o Paraná elege 54 Deputados e os paga muito bem para exercerem seus mandatos, os mesmos devem ter a suficiente condição de decidir sobre os destinos do Paraná.

Se for para sete membros da Executiva decidir se determinados projetos podem ou não servir aos interesses do Paraná, então que se acabe com o Plenário, que dizem os peemedebistas ser o órgão soberano de decisões nesta Casa. Ou esta prática passa a ser adotada, ou o PMDB arcará com o ônus de ser um Partido que faz tudo o que entender, até mesmo desobedecer a Lei.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência do Projeto de Lei n.º 386/87, de sua autoria, sobre Utilidade Pública do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal - Pré-Núcleo Cosme e Damião, nos termos que especifica.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de Lei n.º 40 e 39/88.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A aprovação das contas da Assembleia Legislativa do Estado é um ato de extrema responsabilidade por parte dos Senhores Deputados que compõem esta legislatura. Não tivemos oportunidade e tempo suficiente para estudar com cuidado a matéria ora submetida à discussão e aprovação deste Plenário.

Diante do exposto, este Deputado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário, adiamento por 10 sessões, do Projeto de Resolução n.º 01/88, que aprova as contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1987.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à Douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja arquivado o Projeto de Lei n.º 41/88.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja suspenso por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n.º 39/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 39/88), que objetiva alterar os vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Paraná, visando ainda integrar a tabela no texto da Lei n.º 8671, de 21.12.87, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Resolução n.º 09/87, para que seja apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora DINORAH VIEIRA MACHUCA, ocorrido dia 12 de março corrente, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 12 de março de 1988, faleceu a Sra. Dinorah Vieira Machuca, esposa do ex-Deputado Dr. José Machuca.

O passamento da Sra. Dinorah, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Machuca, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Senhor JAIR SARDA, de sua esposa Jussara Sandra Sarda e filhos Daniele Cristina Sarda, Juliano Araújo Sarda e Jair Araújo Sarda em trágico acidente automobilístico, ocorrido nas proximidades de Porto União.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente automobilístico faleceram nas proximidades de Porto União - Santa Catarina, o empresário Senhor JAIR SARDA com a idade de 38 anos, a esposa Jussara Sandra Sarda 31 anos e os filhos Daniele com 12 anos, Juliano de 6 e Jair 8 anos.

O Senhor Jair Sarda era empresário do ramo madeireiro em Canoinhas - Santa Catarina, onde residia com sua família. Dona Jussara pertencia a tradicional família do Município paranaense de Palmas.

O desaparecimento da família Sarda deixou um grande vazio tanto na sociedade de Palmas como de Canoinhas onde gozavam de grande estima. Extinguiram-se na terra para germinarem no céu e, como lírios florescerem eternamente diante de Deus.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daqueles que souberam conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do convívio, entretanto no céu as mãos têm muito espaço para cobrir de bênçãos a cada um de seus filhos; suas almas engrandecerão o Senhor que olhará para a condição humana de seus servos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Sarda e a família Araújo endereçando a elas voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro Civil NILSON JOSÉ PACHECO LOURES.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 35 anos de idade faleceu o Engenheiro Civil Nilson José Pacheco Loures.

O extinto era membro de tradicional família da Cidade de Clevelândia.

O passamento do Dr. José Nilson veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o grande círculo de amigos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Pacheco Loures, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora SÔNIA REGINA BUZZETTI SCALCO, ocorrido nesta Capital, dia 09 do corrente.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 27 anos faleceu nesta Capital, no dia 09 do corrente, a Senhora Sônia Regina Buzetti Scalco, deixando viúvo o Senhor Paulo Scalco e os filhos menores: Marco, Pedro, Lucas e Paula.

De tradicional família do Sudoeste do Paraná, Sônia era nora do eminente Deputado Euclides Scalco.

Ficou um grande vazio na sociedade paranaense, que chora a morte de um membro tão ilustre que dedicou uma vida à família. Extinguiu-se aqui na terra para germinar no céu e, como um lírio florescer eternamente diante de Deus.

O tempo e a distância, jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrir de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Buzetti Scalco, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação de voto congratulatório a todos os abnegados servidores de bibliotecas pela passagem, no último dia 19, do "Dia do Bibliotecário", como reconhecimento ao importante trabalho que desempenham no assessoramento a quem se dedica na busca do saber.

REQUER, outrossim, que seja dada ciência à Associação Bibliotecária do Paraná, sito à rua Monsenhor Celso, n. 225 - Ap. 1.101 - Centro.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, voto de congratulações e manifestações de regozijo, pela passagem do 116º Aniversário de emancipação política do Município de Tibagi, comemorando no dia 18 de março em curso, expressões estas que se atribuem a toda a comunidade local, representada nas pessoas do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal José Tibagy de Mello, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores Euclides Martins e Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito daquela Comarca, José Cordeiro.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência aos ocupantes dos cargos mencionados, nos respectivos órgãos ou aos cuidados da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Há 116 anos era criado o Município de TIBAGI, um dos mais antigos do Paraná. O ideal daquele povo, de ver sua localidade emancipar-se politicamente torna-se realidade, porém, tal conquista resultou da luta de incansáveis homens, que não se deixaram levar pelas dificuldades enfrentadas, mas firmaram este marco na história do Paraná.

Todos nós paranaenses, seja por nascimento ou por adoção, sentimo-nos profundamente orgulhosos e envaidecidos por esta data, pois trata-se do aniversário de um Município, cuja história integra a própria história do Paraná.

Muitos dos homens pioneiros que desbravaram o sertão para fazer daquela terra a sua fonte de vida, já não existem, mas o velho Município de TIBAGI permanece tão perene quanto as águas que correm no Rio do mesmo nome.

Parabéns TIBAGI, pois além de proporcionar o progresso para o teu povo, tens levado as tuas riquezas para os nossos ir-

mãos paranaenses e, são as águas do teu Rio que irão saciar a sede de 515 mil municípios de Londrina e Cambé, assim que seja inaugurado em junho de 1989 o Projeto Tibagi, a maior obra de saneamento já realizada em nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações pelo lançamento da publicação "PERFIS PARLAMENTARES N. 32 - MUNHOZ DA ROCHA", ocorrido nesta capital em data de hoje.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Excelentíssima Senhora Flora Munhoz da Rocha e ao Doutor Ulisses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Temos plena convicção que muitos seriam os motivos a justificar a edição da publicação "PERFIS PARLAMENTARES" em homenagem ao grande estadista paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto.

Seus escritos e seus discursos continuam hoje, ainda, dentro da atualidade paranaense e brasileira, dada a profundidade com que tratava os assuntos do seu tempo; dada a visão que ele sempre teve sobre as questões políticas, econômicas e sociais. O que Bento Munhoz da Rocha Neto disse e a história registrou, o que ele falou nas tribunas do Paraná e do Brasil e que os Anais parlamentares registram, ainda hoje são fontes de consulta para a nova geração e fonte de inspiração para as nossas mais qualificadas lideranças.

Ao dedicar o n. 32 dos "Perfis Parlamentares" - ao ex-Governador do Paraná a Câmara Federal não apenas presta uma homenagem ao grande homem público do nosso Estado, que emprestou sua inteligência e capacidade ao nosso País, mas homenageia também o nosso povo, os nossos políticos, os nossos administradores.

Portanto, deve esta Casa associar-se a homenagem, congratulando-se com a Câmara Federal pelo oportuno lançamento e ao mesmo tempo fazendo com que aqui também fique registrado mais este acontecimento que exalta o homem público paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao Município de

União da Vitória, pela passagem no dia 27 próximo, dos 98 anos de sua emancipação política.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Senhores Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e aos Vereadores daquele Município como expressão, do Poder Legislativo Paranaense, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A história de União da Vitória é uma história de trabalho. Se neste ano de 1988 o Município comemora seu 98º aniversário de emancipação, a sua verdadeira vocação de trabalho e desenvolvimento começou muito antes, há mais de 200 anos quando surgiu o entreposto de Nossa Senhora da Vitória, tornando-se uma das principais rotas da penetração luso brasileira nas terras do Sudeste.

Foi pela navegação a vapor através do Rio Iguaçu que se promoveu surto de progresso e permitiu-se a circulação das riquezas da região; pelos trilhos da estrada de ferro o desenvolvimento continuou, propiciando o intercâmbio.

Hoje somam-se as estradas, transformando o Município em um privilegiado entroncamento, rota obrigatória e estratégica na ligação com o Sul do País.

Do ciclo da madeira, riqueza que ainda tem considerável peso, passamos para União da Vitória da pecuária, da agricultura moderna e desenvolvida, da industrialização, do comércio forte e estável.

Da fase de bravura e destemor da colonização passamos para a União da Vitória evoluída, afinada com seu tempo; do povo culturalmente desenvolvido, do ensino conceituado do básico ao superior.

Do tempo do quase esquecimento por parte dos Governos, chegamos a União da Vitória que, mercê do trabalho e da realização de sua gente unidos ao empenho de suas lideranças políticas fala alto e é ouvido. E isso só faz o Município crescer e desenvolver-se, para dar mais oportunidade a seu povo.

Por isso União da Vitória situa-se hoje entre os 300 municípios brasileiros de maior desenvolvimento, liderando uma região toda com uma economia bastante diversificada.

Com esta proposição o Legislativo paranaense tributa homenagem aos homens e mulheres que na árdua luta dos tempos difíceis deixaram um legado de trabalho e dedicação ao bem comum. E ao mesmo tempo manifesta plena confiança na geração que hoje dá continuidade ao crescimento com o mesmo dendo dos antepassados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, a inserção em Ata de voto de congratulações à COMISSÃO EXECUTIVA deste poder, pela indicação e designação do funcionário Nelson Augusto Araújo, para o exercício do cargo de Diretor da Diretoria de Assistência ao Plenário.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Congonhinhas, desejando aquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER, também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário voto de louvor ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Senhor Carlos Renato Fernandes, para a edição do livro "Assim é o Paraná", em preparação, bem como dê conhecimento do teor deste ao autor da iniciativa.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Carlos Renato Fernandes, Diretor de divulgação do Foto Clube do Paraná, um dos mais antigos do Brasil com seus 50 anos de existência está desenvolvendo um grande esforço para reunir em livro, texto e fotos dos mais marcantes aspectos do Paraná e de sua gente. Uma obra que além de ser objetivo didático assume um grande valor histórico merecendo por isso apoio de todos os setores da vida paranaense.

Desde o centenário de emancipação política do Estado não se realiza trabalho desta natureza, cujo objetivo é reunir

num único volume as imagens do Paraná e do trabalho de sua gente.

Como órgão máximo de representação do povo esta Assembléia não deve ficar ausente no esforço de viabilização desta obra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados o Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, e Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando a instalação de uma Agência Bancária, no Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Fernando Xavier Ferreira, DD. Presidente da Telepar, solicitando providências para a instalação de um Posto de Serviços Telefônicos na comunidade de Santa Luzia, Município de São Jorge D'Oeste, dando-se ciência deste requerimento à Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Luzia- APROSANTA, ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Luzia, no Município de São Jorge D'Oeste, congrega aproximadamente 90 famílias de associados, e tem como objetivo viabilizar as pequenas propriedades rurais.

Assim, requer, através deste Parlamento, a instalação de um PS na comunidade de Santa Luzia, o qual virá atender também Linha União no mesmo Município, além das comunidades de Santa Rita e Santa Tereziinha, no vizinho Município de São João.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências junto ao D.E.R., no sentido de que seja procedido o cascalhamento de estradas vicinais no Município de São Jorge D'Oeste, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal,

Câmara de Vereadores e à Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Luzia- APROSANTA, no referido Município.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Congregando aproximadamente 90 famílias de associados, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Luzia, no Município de São Jorge D'Oeste, tem como objetivo viabilizar as pequenas propriedades rurais, necessitando, para tanto, que sejam melhoradas as estradas nas comunidades da área de sua abrangência, com cascalhamento, haja vista que, em épocas chuvosas torna-se difícil a locomoção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a creche São José, localizada no bairro Jardim Alvorada da Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A referida creche presta relevantes serviços à população daquela localidade, entretanto, em função da crise que o País atravessa, necessita de auxílio financeiro para continuar atendendo condignamente o povo daquele jardim e região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando ser hoje o "Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial" o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, sugerindo seja estudada a possibilidade da programação de um Fórum de Debates com a participação da Associação Cultural Beneficente da Raça Negra e professores ligados a áreas que transmitam dados históricos da referida raça, objetivando o conhecimento real da potencial participação de homens e mulheres cujas raízes estão impressas em todos os segmentos econômicos deste País, uma vez que aquela Associação exporá o assunto com conhecimento de causa, pois de acordo com palavras do Senhor Joaquim Luiz Cândido, grande lutador pela eliminação da discriminação racial, "quem melhor pode falar sobre a sensibilidade de um cego é alguém

que realmente nada veja".

Requer, outrossim, seja dada ciência à referida Associação, sito à Rua Otm Rodrigues da Costa, n° 108 - Centenário - Curitiba - CEP. 82.500

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê é uma entidade exemplar a nível estadual, atendendo da melhor forma possível os excepcionais daquela Cidade e região. Entretanto, por razões de dificuldades financeiras, necessita de auxílio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Cesar Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê, é uma entidade benéfica sem fins lucrativos, que atende dezenas de crianças excepcionais daquela Cidade e região. Atualmente, por motivos de dificuldades financeiras, necessita de auxílio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expostas, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Ministro da Agricultura Senhor Iris Rezende, para que o mesmo não autorize ou realize a importação de algodão em caroço, tendo em vista que tal fato prejudica sen-

sivelmente os produtores de algodão cuja colheita está se realizando no Estado do Paraná.

A referida solicitação se faz em função de notícias de que o Governo Federal iria importar uma grande quantidade de algodão. É notória a grande safra paranaense de algodão nesse ano.

E a notícia sendo divulgada nesse exato momento, ou seja o da colheita do produto, pressiona o preço para baixo prejudicando dessa forma nossos agricultores que deverão suportar as taxas de juros elevadíssimas, em função da inflação galopante que vivemos.

É notório também que, com a veiculação dessas notícias, o comprador de algodão comece a sentir receio na aquisição da mercadoria e já comece o jogo de prazos para o fechamento do preço.

A grande produção paranaense gera empregos na indústria de beneficiamento de algodão, gera tributos, aumentando a arrecadação do Estado e da Nação, e não havendo importação o nosso agricultor terá um preço para seu produto que será mais justo, e nada mais justo também do que evitar a falência de muitos agricultores do nosso Estado e do nosso País, porque sem sombra de dúvidas são o sustentáculo dessa Nação.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial ao Senhor Delcino Tavares da Silva, Secretário de Estado da Saúde, no sentido de que seja designado um médico-ginecologista, daquela pasta, para prestar serviços no Posto de Saúde do Timbú, em Campina Grande do Sul.

A proposição está calcada no fato de que a população feminina ali residente não dispõe de qualquer tipo de assistência médica, o que é de imprescindível importância, haja vista a necessidade do Estado patrocinar a prestação desse serviço essencial à população da localidade em questão.

É preciso considerar, ainda, que os habitantes daquela região são de pequeno poder aquisitivo, humildes trabalhadores que não têm qualquer condição de buscar esse serviço médico em consultórios particulares.

Que da decisão desta Casa, se dê ciência à Associação de Moradores do jardim paulista e Adjacências, em Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Temos acompanhado a apreensão e a justa revolta da comunidade universitária paranaense diante do decreto, em vias de ser assinado pelo Governador Álvaro Dias, que cria o Conselho Diretor nas Fundações de Ensino Superior do Estado.

Representantes das 15 instituições de ensino superior do Estado reunidos em Paranaguá no dia 19 de março, advertem que irão à greve caso o Governo do Estado leve adiante o intuito de implantar o Conselho Diretor.

O repúdio à implantação do Conselho Diretor é total, tendo em vista o seu caráter autoritário e na elaboração de sua minuta, ter excluído a participação e a discussão com a comunidade universitária e com a sociedade.

A implantação do Conselho Diretor significa cassar a autonomia universitária, aprovada por esta Assembleia quando essa Casa aprovou a reforma administrativa do Governador Álvaro Dias.

O Conselho, da forma como está sendo proposto será formado totalmente por secretários de Estado e tendo como presidente o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, se permitir a participação dos representantes da comunidade universitária.

O Conselho-Diretor retira todo o poder dos Conselhos Superiores das instituições universitárias de ensino superior e relega os reitores à condição de simples secretários executivos do Conselho Diretor, que passa a ser o órgão colegiado máximo das decisões das entidades.

O Conselho Diretor terá um poder inco-mensurável, pois terá liberdade para aprovar planos e programas de trabalho, orçamentos de despesa e investimentos, contratações de professores e funcionários e muitos outros.

O Conselho Diretor representa um retrocesso democrático, pois a eleição dos reitores deixa de existir e serão escolhidos através de listas sêxtuplas confeccionadas pelo mesmo conselho. Além disso, passa a ser atribuição do Conselho a aprovação dos Estatutos e Regimentos internos das Universidades.

Diante do exposto, este Deputado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após a manifestação em Plenário, a convocação do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para em sessão pública nessa Casa, explicar a origem e os objetivos da minuta do decreto que institui o Conselho Diretor nas Universidades Estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembleia, do discurso proferido pelo Doutor PEDRO SAMPAIO, por ocasião de sua posse na Superintendência Estadual da Fundação Legião Brasileira de Assistência.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Pedro Sampaio.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais; REQUER, após ouvido o Douto Plenário a inscrição nos Anais do Poder Legislativo do Estado do Paraná, do documento final da Assembleia Geral dos Pais e Alunos das Escolas do Paraná, evento promovido pela Comissão de Educação desta Assembleia e realizado no dia 17 próximo passado.

Presentes à Assembleia Legislativa inúmeras entidades relacionadas à Educação, debateram principalmente sobre os abusivos e extorsivos aumentos das mensalidades dos estabelecimentos de ensino particular pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, calculados sobre o Decreto Federal 95.720/88.

REQUER, outrossim, que sejam enviadas cópias do documento final da Assembleia promovida por iniciativa deste Poder, ao Conselho Nacional Constituinte, ao Presidente deste Poder, ao Governador do Estado do Paraná, ao Serviço de Defesa do Consumidor da Promotoria Pública do Paraná, à Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Pedro Tonelli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Este Parlamentar, no desempenho de seu mandato, REQUER, após a manifestação do Plenário, a transcrição nos Anais da Assembleia Legislativa do Paraná da "Carta de Paranaguá", contendo o posicionamento das Universidades e Faculdades paranaenses, bem como das entidades representativas dos professores e alunos, sobre a proposta de criação do Conselho Diretor, proposto na minuta do Decreto redigido na Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) PEDRO TONELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 051/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Paraíso, Jardim Valença, Jardim Sylvania, Jardim Planalto e Loteamento Recanto dos Papagaios, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

PROJETO DE LEI N° 052/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o "Centro Social Santa Margarida", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

"O CENTRO SOCIAL SANTA MARGARIDA", criado em 16 de setembro de 1984 e registrado em cartório competente desta localidade, tendo como objetivos principais prestar serviço de assistência social, filantrópica, educacional, sanitária e caritativa à pessoa de ambos os sexos, sem distinção de idade, cor, raça, ou crença, visando enfim a promoção humana.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 053/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1° - Os valores ou depósitos judiciais, de qualquer natureza, recolhidos às serventias de Justiça Estadual, deverão ser depositados em agências do Banco do Estado do Paraná S.A., ou na falta deste em outro banco oficial.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 21.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A medida legal ora apresentada aos ilustres Membros desta Casa de Leis justifica-se pelo simples fato de que, na atual conjuntura econômico-financeira brasilei-

ra, com sensíveis reflexos na vida paranaense, é dever de todos lutar pelo fortalecimento da instituição financeira oficial.

Assim, caso a proposição venha a ser aprovada e transformada em Lei, o Banco do Estado do Paraná, S.A., irá, por certo, conquistar uma melhor posição perante entidades congêneres de outros Estados e seguramente contribuir, com maior volume de repasses, para o desenvolvimento do setor produtivo da economia paranaense.

PROJETO DE LEI N° 054/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE UMUARAMA- ACIU, Associação Civil, prestadora de serviços, sem fins lucrativos, sediada nesta Cidade de Umuarama-Pr.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação em questão, fundada na data de 22 de setembro de 1964, é uma associação de natureza civil, sem fins lucrativos, destinada à prestação de serviços à comunidade através da congregação entre comércio e indústria locais, conforme atesta a Lei Municipal n° 027/67, de 05.06.67, da Câmara Municipal de Umuarama.

Não há oradores no Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Nereu Carlos Massignan.

Declina.

O segundo orador inscrito é o Deputado Basílio Zanusso.

Declina.

Havendo declinado, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, demais presentes e ouvintes da nossa sessão de hoje, primeira da semana.

Temos acompanhado com muita apreensão a justa revolta da comunidade universitária paranaense, diante da minuta do decreto em vias de ser assinado pelo Governador

Álvaro Dias, que cria um Conselho Diretor nas Fundações de Ensino Superior do Estado do Paraná. Este Governo, que posa de democrata, só tem conseguido viver pacificamente com os empresários e grandes grupos econômicos, com quem tem demonstrado boa afinidade. Aos trabalhadores e demais segmentos democráticos da sociedade, Álvaro Dias só tem reservado atos arbitrários e ditatoriais. Basta invocar as demissões injustas praticadas em órgãos e empresas do Governo. Basta lembrar o Projeto do Governo que extingue a URP para o funcionalismo e basta analisar o conteúdo do documento que propõe no Conselho Diretor, nas instituições de ensino superior no Paraná. Classificar este Governo como arbitrário e ditatorial, pode parecer repetição das condenações que no passado o próprio PMDB fazia aos militares. Entretanto, uma análise descomprometida e isenta é suficiente para comprovar que este Governador tem demonstrado dificuldades insuperáveis para conviver democraticamente com os segmentos mais avançados da nossa sociedade, como a comunidade universitária. A minuta do documento que cria o Conselho Diretor é o exemplo cabal das decisões verticais, de cima para baixo, sem qualquer participação da sociedade.

Esta não é a primeira vez que o Governo se volta contra as universidades, tentando cassar a sua autonomia. Em 1987, ao encaminhar a esta Casa, Mensagem da Reforma Administrativa, o Governador tinha o objetivo claro de cassar a autonomia financeira das instituições de ensino superior. Não fosse a pressão exercida, na época, pela comunidade universitária, não teria sido possível resguardá-la. Entretanto, o Governo não desistiu do seu intento e agora volta à carga, investindo contra a autonomia das universidades, e por decreto. Este recurso que foi duramente criticado pelo PMDB do passado, que hoje governa, agora se tornou caminho predileto para a concretização de objetivos escusos.

Composto quase que totalmente por Secretários de Estado e tendo como Presidente, o Secretário de Estado do Ensino Superior, Ascêncio Garcia Lopes, o Conselho tira todo o poder de ação dos conselhos superiores das instituições de ensino superior, ao mesmo tempo que relega aos Reitores, a condição de simples secretários executivos do Conselho Diretor, que passa a ser o órgão colegiado máximo de decisão das entidades.

Além do Secretário de Estado do Ensino Superior, fazem parte do Conselho, o Secretário de Estado da Educação, o Secretário de Estado da Administração, o Diretor-Presidente da Fundação, dois membros técnicos de nível superior e dois suplen-

tes nomeados pelo Governador, bem como um representante do quadro técnico-administrativo da entidade, eleito pela comunidade, dois membros da comunidade local-regional e dois suplentes nomeados pelo Governador.

Assim, dos treze membros do Conselho, entre suplentes e efetivos, apenas 1 é eleito e 12 são indicados pelo Governador. Portanto, um eleito democraticamente pela comunidade. Pasmem Senhores, apenas um e todos os demais, indicados pelo Governador. Bela democracia. Este é o Governo democrático que nós temos. O mais popular do Brasil. Imaginem os outros, mas o "mandonismo" não pára por aí. O poder atribuído ao Conselho Diretor é incomensurável. O Conselho terá ampla liberdade para aprovar planos, programas de trabalho, orçamentos, despesas, investimentos, contratações de toda a ordem, campanhas de divulgação, publicidade e regulamento para o Quadro de Pessoal.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, se for possível.

... num exemplo claro de retrocesso nas conquistas democráticas das instituições do ensino superior, compete ainda ao Conselho, encaminhar lista sextupla para nomeação, pelo Governador do Estado, de reitor e vice-reitor das Universidades, Aprovar o Estatuto e o Regimento Interno das Universidades, bem como promover as suas alterações, o que será feito por Decreto.

O que resta para os Conselhos Superiores e para as comunidades universitárias dessas instituições decidirem? Nada Senhores. Não haverá mais eleições diretas para reitor ou para diretor. O Governador nomeia.

A combalida democracia está em perigo, pois ela está sendo duramente atacada num dos seus redutos mais sagrados que é a universidade. Sim, foi nas universidades que a democracia foi defendida com maior coragem, quando a cortina da ditadura envolveu o País. A comunidade universitária paranaense já se mobiliza para reagir.

No sábado último, em reunião realizada em Paranaguá, os representantes de 19 instituições de ensino superior decidiram fazer que, se o Governo levar adiante o seu projeto, a Universidade paranaense se vê ameaçada pelo intervencionismo do Governo e esse mesmo Governo que, ao completar o seu primeiro ano de mandato, prefere se agarrar obstinadamente às falsificações da mídia que lhe atribui uma popularidade artificial e forjada e coloca a segundo plano os problemas mais contundentes

do momento, golpeando as universidades e o funcionalismo público. Engajados na luta da defesa da Universidade livre e autônoma, em nome do Partido dos Trabalhadores, assumimos decisivos compromissos de ingressar nessa frente, que deve ser formada pela comunidade universitária paranaense para enfrentar mais este ataque traiçoeiro do Governo.

Pela autonomia universitária, contra partidarização das instituições do ensino. Muito obrigado Senhor Presidente e nobres colegas, com as escusas ao Líder do Governo que poderá usar o horário, para manifestar o seu posicionamento.

(A Galeria se manifesta).

Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa, de acordo com o Regimento Interno, solicita às galerias que não se manifestem.
(Nova manifestação da Galeria).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Faz soar os tímpanos.

A Mesa solicita a essas pessoas que estão nos visitando, que não se manifestem, a fim de que a Mesa não seja obrigada a tomar a decisão de evacuar as Galerias.

Nós estamos num regime democrático, graças a Deus. Nós não estamos na Albânia, por isso peço às Galerias que não se manifestem.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra à Liderança do PDS.

Declina.

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PTB.

Declina.

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PFL.

Declina.

Havendo declinado concedo a palavra à Liderança do PDT. Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do PDT, é solidária ao pronunciamento feito há instantes pelo companheiro Deputado Pedro Tonelli.

Porque entendemos que dentro de um regime democrático, não se deve admitir a maneira como são conduzidas as coisas em determinadas funções.

Mas, venho a esta tribuna também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para dizer que não podemos entender que num Governo que disse em campanha, que as prioridades seriam a educação e a segurança, e de repente, um Governo que desceu de helicóptero no bairro do Capão Razo, para inaugurar um Centro de Integração da Criança, ou o Polo de Integração da Criança, conhecido como "PIC" e que já denun-

ciamos nesta Casa no ano passado, quando encaminhamos ao Senhor Secretário da Educação um pedido de informações e que até hoje, lamentavelmente, não recebemos a resposta. Demos entrada nesta Casa na semana passada, num novo pedido de informações, querendo saber a real situação do "PIC" (Polo de Integração da Criança), que foi inaugurado nos dias que antecederam as eleições de 1986, onde Sua Excelência o candidato da época, Álvaro Dias, ali desembarcou de helicóptero. Dali foi apanhado por uma viatura oficial e levado para o interior do recinto do projeto, para fazer a inauguração, com muita pompa, com banda de música, com equipamentos que foram levados de outros órgãos para lá, como se a população acreditasse que aqueles equipamentos ali ficariam. E lamentavelmente, isto não aconteceu. Ficamos sabendo, que um Projeto de tamanha importância para a nossa sociedade, principalmente para a Educação deste Estado, está prestes a fechar as suas portas. Paga-se hoje um aluguel de Cz\$ 280 mil cruzados, para um imóvel que deveria acolher aproximadamente 600 crianças da região da Vila Nossa Senhora da Luz, do Campo Alegre, do Bairro do Portão, Pinheirinho, Capão Razo, Novo Mundo e proximidades. Paga-se hoje um aluguel de Cz\$ 280 mil cruzados, para apenas 62 crianças que ali frequentam e não por culpa das crianças que não queiram comparecer, muito pelo contrário, pois no início do projeto haviam quase 600 crianças. De repente, as professoras, os pais dessas crianças, começaram a sentir que não havia mais razão para que as crianças frequentassem aquele estabelecimento, porque todo o equipamento dali foi retirado. Ficaram apenas três equipamentos que são tornos simples e que as crianças não sabem manusear, que a professora também não entende de marcenaria, nem de carpintaria, e não tem obrigação de saber.

Então nós lamentamos profundamente, este fato que acontece com o "Polo de Integração da Criança", inaugurado no Governo de José Richa, e com a presença do Candidato a Governador naquela época. Descobrimos, depois, que aquele imóvel é de propriedade de um parente, genro, cunhado, sei lá o que.. do Senhor Jayme Canet Júnior, e que recebe mensalmente 280 mil cruzados.

É preciso que o Governador do Estado, tome conhecimento e talvez nem saiba disso, mas deve saber, porque já há um Projeto tramitando pela Secretaria de Estado da Educação, desativando aquele "Polo de Integração", inaugurado com toda essa pompa governamental da época da campanha e que agora passaria para uma outra escola.

Quando lutamos para a escola integral, quando lutamos a exemplo do Rio de Janei-

ro, com os CIEPs que foram construídos por Leonel Brizola, e que é um exemplo para o Brasil inteiro, e que aqui o prefeito tenta fazer a mesma coisa, chamando de Escola Integral.

Não importa, se tiver a mesma finalidade, é isso que interessa para a nossa Educação. Agora o que não podemos admitir é que se tente acabar com este "Polo de Integração da Criança", uma obra importante, um trabalho importante, um projeto dos mais elogiáveis, tenho aqui toda a justificativa, toda a elaboração deste projeto que foi feito com a assinatura do Governo do PMDB, que lá foi inaugurar com helicóptero que desceu ao lado deste projeto e que hoje tenta desativá-lo.

Fica aqui, portanto, o nosso pedido de providências, à Bancada do PMDB, nesta Casa que leve ao conhecimento de Sua Excelência o Governador, porque talvez até não tenha conhecimento desta situação.

E ao mesmo tempo que disse que esta escola pode estar trazendo prejuízo, muito gasto sem que haja, evidentemente, um retorno na área de educação, nós não podemos admitir que no dia de ontem em todos os jornais da Capital do Estado e quer me parecer que os do interior também, se lance um caderno especial falando do trabalho do Governador Álvaro Dias, com 8 páginas. Pergunta-se, para publicidade pessoal, será que tem verba? E para a educação, não tem verbas? E a segurança não tem verbas?

Grças a Deus e neste momento a Bancada do PDT presta uma homenagem ao Constituinte Deputado Aírton Cordeiro, mesmo não pertencendo mais ao meu partido, o PDT, mas que na constituinte votou uma emenda proibindo a propaganda pessoal de Governadores e de Prefeitos. Nós precisamos acabar com isso.

Ontem mesmo o Prefeito de Curitiba, saiu numa página inteira do Jornal "Gazeta do Povo", dizendo que ele é o Líder do Ibope no Estado do Paraná. Quem é que paga isso? É o município de Curitiba que pagou este aumento extorsivo do IPTU, que está indo para a justiça e está vendendo o seu imóvel porque não pode pagar.

É esta a nossa posição Senhor Presidente e Senhores Deputados, por não podermos aceitar este estado de coisas. Não podemos admitir o futilismo deste Governo de "Marketing" deste Governo de imprensa que gasta o dinheiro do povo com propaganda pessoal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai ler o dispositivo regimental que proíbe a manifestação da assistência.

Artigo nº 119 - "Qualquer pessoa poderá assistir as sessões da galeria, contanto que esteja desarmado e guarde silêncio

sem dar sinal de aplauso ou de reprovação, ao que está a se passar na Assembléia".

A Mesa pede aos assistentes que respeitem o Regimento Interno.

Com a palavra a representação do PMDB. Declina.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cherigate, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação aos Projetos de Lei nºs 40/88 e 39/88. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado:

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem- Já entramos no horário da Ordem do Dia Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim, já estamos na Ordem do Dia.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 40/88, oriundo do Anteprojeto de Lei elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de duas (2) de autoria dos Senhores Deputados Paulo Furiatti e Basílio Zanusso, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
DE N° 01 AO PROJETO DE LEI N° 40/88**

Art. 9° - Ficam criados...

Parágrafo Único: Os cargos de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, observando-se as disposições do Art. 74 da Lei n° 6.174 de 16.11.1970 que estabelece o Estatuto dos funcionários públicos.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) PAULO FURIATTI

Apoiamto: Nestor Baptista, Nereu Carlos Massignan, Cândido Bastos e Haroldo Rodrigues Ferreira.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 02

O parágrafo 2° do artigo 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - § 2° - Ficam mantidas as demais disposições da Lei n° 7077/79, de 03 de janeiro de 1979 e 7665/82, de 28 de outubro de 1982, que não conflitem com o disposto nesta Lei".

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

Apoiamto: Werner Wanderer, Alexandre Ceranto, David Cheriegate e Antônio Costenaro Neto.

Sobre a Mesa Emenda de Plenário do Deputado Paulo Furiatti.

Em discussão a Emenda. Em votação. Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Eu requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de tomar conhecimento do teor desta Emenda, por favor, poderia fazer a leitura mais uma vez, eu estava um tanto desatento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente. Parágrafo Único - Os cargos de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, observando-se as disposições do Artigo 74, da Lei n° 6174, de 16/11/1970, que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos.

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Rejeitada;

Do Deputado Basílio Zanusso, ficam

mantidas as demais disposições da Lei n° 7077/79, de 03 de janeiro de 1979, 7.675/82, de 28 de outubro de 1982, que não conflitem com o disposto nesta Lei.

Senhores Deputados que aprovam esta Emenda, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 39/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 39/88), que objetiva alterar os vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando ainda integrar a tabela no texto da Lei n° 8.671, de 21/12/87. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 55/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 82/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo alienar à TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900m², na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do IAM e adquirida pelo Estado do Paraná conforme matrícula n° 3.769, da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, com EMENDA.

(Obs: Aprovado neste turno o Projeto e para apreciar as Emendas de n. 01, 02 e 03).

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Gostaria de saber qual a Emenda, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda vai ser votada agora. Emenda do ex-Deputado Trajano Bastos. - O valor integral auferido na alienação de que trata o artigo anterior será repassado ao Instituto de Assistência ao Menor - IAM, aplicado em Programas de Assistência e Amparo ao Menor.

Em votação a Emenda. Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Emenda do Deputado Algaci Túlio - Fica o Poder Executivo autorizado, publicada às folhas 3, do Avulso.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Gostaria de solicitar verificação de votação.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.
- O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.
- O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) - (Procedendo à chamada nominal dos Senhores Deputados).
- O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Dispensou a chamada nominal.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência vai proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda do Deputado Algaci Túlio, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. Rejeitada.
- O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente e de quorum.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa procedeu à verificação de votação, e pela lista de presença da chamada feita neste instante...
- O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente (Pela Ordem) - Solicito que o Senhor faça novamente a verificação de votação.
- O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente (Pela Ordem). O Deputado Algaci Túlio, Senhor Presidente, parece que quer tumultuar a sessão. Já se verificou a rejeição da emenda de Vossa Excelência, e solicito à Mesa que mantenha o resultado, por gentileza.
- O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente (Pela Ordem). O Senhor não me respondeu se fará uma nova verificação de votação.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já procedeu à verificação de votação.
- O SR. ALGACI TÚLIO - O Senhor teria o resultado em mãos, Senhor Presidente?
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao Deputado Algaci Túlio que seis (06) Deputados aprovaram a sua emenda e 18 Deputados rejeitaram.
- O SR. ALGACI TÚLIO - Não estou satisfeito não, Senhor Presidente. Gostaria de que por outra ocasião, o Senhor fizesse a votação, registrasse e consequentemente o resultado, praxe que sempre é feita aqui nesta Casa.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede

a Questão de Ordem de Vossa Excelência. Em votação a emenda do Deputado Caíto Quintana. Os Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Eu não entendi. Sério mesmo, Excelência, eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à leitura para que Vossa Excelência entenda. (Lê artigo 1º)

Os Senhores Deputados que aprovam queiram permanecer como estão. Aprovada.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 366/87, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que ratifica os marcos implantados pelo ITCF nas nascentes do Rio Saci e Itambê, bem como a linha reta que liga os dois marcos, na divisa entre Apuracana e Arapongas, conforme específica. Aprovado. (DA. nº 142/86, de 27/11/87).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 111/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, dispondo que os gabinetes de representação das lideranças dos partidos políticos junto a esta Assembleia Legislativa, somente serão instituídos para bancadas que tenham no mínimo três Deputados e dê outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no DA. nº 146/87, de 5.12.86).

A Mesa informa aos Senhores Deputados que determinou na sessão de quarta-feira, que a Resolução fosse encaminhada à Comissão de Justiça, e à Comissão Executiva, o que não foi feito. Nessas condições, retira o projeto da Ordem do Dia e vai encaminhar às duas Comissões, de acordo com a decisão de quarta-feira.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Parece-me que diante disso, então, cria-se uma jurisprudência nesta Casa. Mesmo sendo de Regime de Urgência o projeto, pode ser retirado para voltar em outra ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sempre que há Regime de Urgência, nobre Deputado, informa o Regimento Interno que o projeto irá à Comissão para que se dê parecer dentro de 48 horas, o que não foi feito dentro do caso em tela.

O SR. ALGACI TÚLIO - Gostaria que, de ora em diante se procedesse sempre assim, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quando eu presidir, será dessa maneira.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº

09/87, de autoria da Deputada Vera Agibert, que determina o arquivamento das proposições que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no DA. n° 38/87, de 27.04.87).

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 009/87

PARECER:

O Projeto de Resolução em pauta, de autoria da nobre Deputada Vera Agibert, determina o arquivamento das proposições que especifica.

Não havendo impedimento legal ou constitucional e convencidos da necessidade de agilização do processo legislativo arquivando matérias que por sua natureza e finalidade já perderam a oportunidade, somos favoráveis ao presente projeto, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.04.87.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares. Sou contrário a que se aprove este projeto de iniciativa da Deputada Vera Agibert, porque creio que o arquivamento dos projetos que foram de iniciativa dos Parlamentares das outras legislaturas, primeiro significa um desrespeito as suas iniciativas e em segundo lugar, é uma demonstração como nós, aqui nesta Casa muitas vezes fraquejamos quando ficamos discutindo nome de rua, estrada, título de cidadão honorário e muitas vezes deixamos nas gavetas, os projetos que são de suma importância ao povo paranaense.

Gostaria de lembrar aos nobres companheiros aqui, que alguns projetos estariam sendo prejudicados e iriam para o arquivo, se for aprovado essa proposição da nobre Deputada Vera Agibert. Temos por exemplo, a Proposição n° 204, que é uma emenda constitucional de 1984, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que determina que a construção de usinas hidrelétricas com mais de "100 megawatts" ou que tenha uma área inundada com mais de 500 hectares", seja aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Creio que depois dos crimes cometidos pelas hidrelétricas no Estado do Paraná, esta é uma resolução extremamente importante. Por isso, é que nós não podemos jogar no arquivo morto da Assembleia e dei-

xar de trazer para a Ordem do Dia para ser aprovada, para que pelo menos, um fórum decisivo como a Assembleia Legislativa do Paraná, decida e aprove uma lei de fundamental importância. Temos um Projeto de Resolução n° 97/83, que é de autoria do atual Prefeito de Curitiba, Roberto Requião, que cria nesta Casa, a Comissão de Fiscalização das Estatais. Também, é um projeto de suma importância para a nossa Casa de Leis criar uma Comissão de Fiscalização das Estatais e seria um crime, nós aprovarmos o Projeto da Deputada Vera Agibert e mandá-lo para o Arquivo pois deveria ser trazido para a Ordem do Dia, para que o nosso Poder Legislativo fosse fiscalizador, que é uma missão importante para este Poder.

Há o Projeto de Lei n° 11/85, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para a plantação de cana, para a produção de álcool e mandioca chamado Projeto Zoneamento Agrícola que é de autoria do Deputado Paulo Furiatti, o qual não pode ser jogado nos arquivos, conforme quer a Deputada Vera Agibert.

Como Parlamentares comprometidos com a causa do povo paranaense não aprovamos e não discutimos este Projeto do Deputado Paulo Furiatti, que estabelece o zoneamento agrícola para a produção de álcool, deixando de produzir talvez alimentos ou produtos indispensáveis para a sociedade paranaense e brasileira, seria uma incoerência.

Temos um outro projeto também, que é muito importante, e revoga a Lei n° 6.608, de 18.09.74, isentando de pagamento de todas as taxas estaduais e dos impostos que especifica a Binacional Itaipu e como é que vamos perdô-la de pagar impostos, quando cada cidadão tem que pagar aluguel, luz, água, IPTU. Agora, a Itaipu é bonita, tem que ficar sem pagar imposto.

Então, é injusto mais uma vez, jogarmos para o arquivo esse projeto, pois pela sua importância deverá ser colocado na Ordem do Dia, a fim de discuti-lo e ser aprovado, porque trará benefício para o povo do Paraná. O dinheiro que a Itaipu vai pagar impostos, servirá para pagar a URP dos funcionários públicos, executar o plano estadual de reforma agrária e para construir casas populares. Portanto, companheiros, não é difícil compreender pois apenas citei alguns; tantos e tantos projetos que estão nas gavetas, sendo preciso que sejam trazidos, discutidos e votados não através desse mecanismo, a gente desconhecendo tudo isso, sem entrar no mérito e jogar nos arquivos. Essas são as minhas considerações que eu queria colocar à apreciação do nobre Presidente, dos nobres companheiros desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação.

Para encaminhar a votação com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Projeto que votamos anteriormente, aqui nesta Casa, que é um Projeto do qual fica o Poder Executivo autorizado mediante uma prévia avaliação e cumprimento das demais formalidades legais, alienar para a TELEPAR uma área de terreno na Av. Manoel Ribas, é da Legislatura passada, portanto, não caberia hoje, estar na ordem do dia; deveria então este Projeto também estar fora, mas como havia já o Governo do Estado liberado esta área para a TELEPAR e esta já estar instalada em cima de uma área pertencente ao Estado, muito embora o Estado também seja um acionista da TELEPAR, mas é minoritário, teria que se aprovar, e haver o "referendum" desta Casa. Então, parece-me totalmente descabido, com todo respeito à Deputada Vera Agibert esta é intenção de acabar com o acervo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Um total desrespeito que cometeremos, nós Parlamentares desta Legislatura àqueles que fizeram história nesta Casa e os documentos da história desta Casa têm que ficar no seu acervo, razão pela qual não podemos, e tenho certeza, que grande parte da Bancada do PMDB em respeito aos seus companheiros de legislatura passada não deveriam apoiar este Projeto da Deputada Vera Agibert, mesmo porque, fiz um levantamento ainda no ano passado, no final, de vários Projetos que tramitam por esta Casa e constatei que pelo menos doze projetos têm condições de ter prosseguimento normal. Com minha assessoria já estamos elaborando um requerimento pedindo Regime de Urgência para o andamento normal destes Projetos, para que venham ao Plenário, para que possam ser discutidos e que ainda são de interesse na atualidade do Estado do Paraná. E além disso, temos vários projetos de denominação de estradas, que não é só para isso que estamos aqui, de títulos de cidadãos honorários, beneméritos, de pessoas da mais alta respeitabilidade deste Estado, que já receberam até comunicação em suas casas que serão homenageados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e de repente, vamos ser responsáveis pelo fato de que aquele cidadão não vai receber homenagem.

Então, não podemos aceitar ficando aqui, no meu entendimento, a minha posição contrária a este Projeto. Tenho certeza que o bom senso dos Parlamentares mais velhos desta Casa, de que não se deve cometer tamanha arbitrariedade, tamanha irresponsabilidade na tentativa de destruir o que é mais importante, o acervo histórico

desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Senhor Presidente, embora o respeito que tenho pela Comissão Executiva, requeiro a Vossa Excelência e encaminharei já por escrito à Mesa, que Vossa Excelência a exemplo do Projeto de Resolução n° 111/86, também remeta o Projeto de Resolução n° 09/87 para as Comissões permanentes da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução n° 09/87, para que seja apreciado pela CCJ. Aprovado.

A Mesa defere. O Projeto será encaminhado para a Comissão e Justiça.

O Sr. Paulo Furiatti - Senhor Presidente quero discutir antes da sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode discutir, mas já está encaminhado à Comissão de Justiça.

O Paulo Furiatti - Senhor Presidente, existem projetos de Deputados, alguns não estão mais aqui, outros sim, porém, não é possível através de uma decisão de Plenário eliminar iniciativas que estão em tramitação na Casa. Por exemplo, tenho um projeto de zoneamento da cultura da cana que determina finalmente a colocação no espaço de onde se deve incentivar o seu plantio, de alto interesse do Estado e não é justo que tenha novamente que pedir para a Casa a tramitação do mesmo, o qual não veio em votação, não por minha responsabilidade, mas, por outros problemas.

Então, Senhor Presidente, faço um apelo a Vossa Excelência, que o coloque em votação, para que a maioria dos Deputados decida hoje e agora, eliminando este problema. Não podemos cassar iniciativas que não nos pertencem, tampouco simplificar o trabalho do Legislativo.

Portanto, por uma questão de princípio, a maioria dos Deputados deve deixar as coisas encaminhadas, digo, encaminharem para que, a maioria decida, então, se aprova ou reprovamos o Projeto.

É este o meu apelo, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto foi encaminhado à Comissão de Justiça.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 01/88, oriundo do PARECER FAVORÁVEL, por unanimidade, da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS deste Poder, que aprova as Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1987.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 01/88

Art. Único - São aprovadas as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1987.

Sala das Comissões, em 09.02.88.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

Apoiamto: Nilton Barbosa, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N° 005/88

PARECER:

Através do Ofício n° 033/88-DAT, a Comissão Executiva e a Diretoria Geral encaminham, para apreciação e julgamento desta Comissão de Tomada de Contas, o relatório elaborado pela Diretoria de Apoio Técnico, que compõe a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, correspondente ao exercício de 1987.

O total da despesa orçamentária atingiu um montante de Cz\$ 685.138.560,39 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta cruzados e trinta e nove centavos), isto é 180,40% (cento e oitenta vírgula quarenta por cento), superior ao inicialmente programado que era de Cz\$ 244.547.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil cruzados).

Do total dispendido, 76,92% (setenta e seis vírgula noventa e dois por cento) foram para atender despesas com pessoal e Encargos Sociais, 22,55% (vinte e dois vírgula cinquenta e cinco por cento) com outras despesas de manutenção e 0,53% (zero vírgula cinquenta e três por cento) em Investimentos.

No Balanço Financeiro constata-se que o saldo em Tesouraria que passa para o exercício de 1988 é de Cz\$ 122.896.495,56 (cento e vinte e dois milhões, oitocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco cruzados e cinquenta e seis centavos), dos quais, Cz\$ 117.243.077,44 (cento e dezessete milhões, duzentos e quarenta e três mil, setenta e sete cruzados e quarenta e quatro centavos), são advindos do resultado da "Receita Patrimonial" extra-orçamentária.

Analisando o processo, fica evidente que a execução foi efetivada dentro dos

parâmetros da Lei n° 4.320/64 e demais dispositivos legais atinentes, portanto entendemos que na presente proposição, as contas apresentadas estão em condições de serem aprovadas, na forma de Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.02.88.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Resolução n° 01/88. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Este Projeto, visa se o aprovarmos, as contas do ano passado. Não coloco dúvidas aqui, sobre as contas da Assembléia Legislativa e não quero entrar agora no mérito, pois estou pedindo o adiamento por dez sessões, exatamente, porque a gente não teve, como apreciá-las.

Então, estou sugerindo que, durante dez sessões haveria o objetivo de nós ganharmos tempo para que os Líderes e os Parlamentares que compõem esta Casa, que têm todo o direito de saber sobre as contas da Assembléia Legislativa, fossem melhor apreciadas.

Por isto, estamos propondo que seja adiado por dez sessões, e depois sim, vamos discutir o mérito desta prestação de contas.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, o Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Senhor Presidente.

Apenas quero encaminhar rapidamente a votação deste Projeto, para lembrar que este chega à sessão Plenária, após receber parecer favorável por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas desta Casa.

Não há nenhum Deputado preocupado com o andamento da Assembléia Legislativa, com mensagens, projetos e requerimentos, que aqui tramitam, a nenhum Deputado é permitido desconhecer o parecer desta Comissão

de Tomada de Contas, motivo pela qual, entendemos como infundado, o requerimento ora feito, pelo Deputado, Líder dele mesmo, Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento. REJEITADO. Em votação o Projeto. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ivan Crissi, ocorrido no dia 14 de março do corrente ano, no município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Irineu Meneguetti, ocorrido no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hamilton Espíndola, ocorrido no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Sônia Regina Buzetti Scalco, ocorrido no dia 09 de março do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nilson José Pacheco Loures. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Jair Sarda, sua esposa Jussara e filhos Daniele Cristina, Juliano e Jair, ocorrido nas proximidades do Município de Porto União. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n. 185/85, 192, 269, 341 e 355/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 002/88, que denomina Rodovia Cícero Barbosa Sobrinho, a Estrada PR-484, que liga Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida a Três Barras do Paraná. Aprova-

do. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a convocação do Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para explicar em sessão pública, nesta Casa, a minuta do Decreto que institui o Conselho Diretor nas Universidades Estaduais do Paraná. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Colegas Parlamentares.

Estou requerendo Regime de Urgência para algumas Mensagens que se encontram em tramitação nesta Casa, que, creio eu, são de suma importância. São Mensagens que foram encaminhadas pelo Executivo e que estão nesta Casa de Leis e ainda não foram apreciadas.

Ao encaminhar tais Mensagens o Governador pretende, segundo justificativas próprias, introduzir modificações no Quadro Administrativo do Estado, propõe introduzir melhorias na máquina de arrecadação do Estado e também impor tetos máximos e mínimos de vencimentos do funcionalismo público estadual. Um exemplo claro é a Mensagem que reduz o prazo de recolhimento do ICM pelos empresários. Deparamo-nos no momento, com a proposta do Governo em arrochar, ainda mais, os salários do funcionalismo, usando-se o argumento que o Estado não está arrecadando o suficiente e esta Mensagem, apesar de estar há nove meses nesta Casa, ainda não foi votada.

A postura do Governador Álvaro Dias não é partilhada pelos Deputados Estaduais do PMDB, amplamente majoritários nesta Casa, e o que é pior, não têm a coragem de assumir publicamente as suas posturas, demonstrando não ter coragem de ser independentes do Executivo. Se não fosse isto, as Mensagens já teriam sido apreciadas.

Não estamos aqui, argüindo a infalibilidade do Executivo, isto não! O Executivo tem todo o direito de propor as mudanças que entender necessárias. O Legislativo tem as prerrogativas de dizer sim ou não a tais mudanças. Por isso, o Legislativo paranaense não pode tornar-se refúgio de uma Bancada que não quer manifestar suas posições, para não contrariar o Governador do Estado. Não podem os Membros da Mesa Executiva da Assembleia que é majoritariamente oficial peemedebista decidir por si, se tais propostas do Governador são boas ou não para o Estado do Paraná. Portanto, se somos aqui 54 Deputados, os mesmos devem ter a suficiente condição de decidir sobre os destinos do Paraná. Por isso, é que estamos propondo Regime de Urgência para essas Mensagens de n.ºs 39/87, 51/87, 76/87, 83/87, 99/87 e 104/87, todas oriundas do

Poder Executivo e que certamente, têm caráter moralizador e já que, na semana passada, abrimos uma discussão e que agora, sim, vamos partir para aquele objetivo. Então, é preciso que, realmente, moralizemos desde o chão até o teto. Vamos moralizar tudo. Então, é por isso que nós estamos pedindo Regime de Urgência e gostaríamos que todos os aqui presentes aprovassem e fôssemos discutir o mérito destas Mensagens do Palácio Iguazu.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN- (Para encaminhar) - ... Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna da Assembléia, para concordar com o requerimento do ilustre Deputado Pedro Tonelli. São Mensagens oriundas do Executivo Estadual, do Senhor Governador Álvaro Dias e quero cumprimentar o Deputado Pedro Tonelli, que se preocupa com a administração transparente do nosso Governo e pede Regime de Urgência às Mensagens que, na verdade, são altamente moralizadoras.

Reconheço na atitude do Deputado Pedro Tonelli, o seu apoio ao Governador Álvaro Dias, quando essas mensagens tratam de assuntos de relevante importância ao nosso Estado.

O requerimento e na sua justificativa, não detalhou as Mensagens e apressou a fazê-lo, para que os Senhores Deputados tomassem conhecimento.

Mensagem n° 39, que trata da extinção de 8.303 cargos de provimento efetivo da parte permanente do quadro geral do Poder Executivo.

Realmente é uma Mensagem muito importante, pois neste momento de crise, de dificuldades financeiras por que passa o Estado, a extinção desses 8.303 cargos, pelo menos permite ao Senhor Governador não receber pressões, diria até normais, para que esses cargos sejam preenchidos. Este projeto é altamente moralizador e oportuno.

Mensagem n° 60, subdividida em quatro itens:

1° - Trata da revogação do artigo 73 da Lei n° 7.051, que assegura ao funcionário da Coordenação da Receita do Estado no exercício de mandato eletivo, o direito de incorporar aos proventos de aposentadoria o limite máximo do prêmio de produtividade.

Ao que me consta, nenhum dos Senhores Parlamentares exerce a função de Coordenador da Receita do Estado e nem atualmente isso ocorre, mas eventualmente poderá ocorrer. É uma lei que trata especificamente de um cargo e de uma vantagem para a eventual pessoa que venha a exercer esse

cargo na Coordenação da Receita do Estado. Parece-me que é uma legislação muito dirigida para que tenha o sentido geral e amplo que queremos que a Lei tenha como a vontade do povo.

2° - Revogação da Lei n° 7.862, que assegura ao Policial Militar o direito de contar um ano de serviço para cada cinco de exercício.

As concessões de aumentos salariais, inclusive do auxílio periculosidade aos policiais, parece-me que suplanta em muito essas vantagens.

3° - Revogação da Lei n° 8.330, que permite ao servidor inativo que tenha exercido ou venha a exercer cargo em comissão por um período de 3 anos consecutivos ou 5 alternados, a revisão do processo de aposentadoria com base no maior símbolo do cargo em comissão exercido.

4° - Revogação do artigo 22 da Lei n° 7.424 que permite ao funcionário a ser aposentado por implemento de idade, o direito de incorporar em seus proventos o vencimento do cargo em comissão se o estiver exercendo há mais de 1 ano.

Quer dizer, um ano depois, de exercido um cargo por um ano, incorpora-se ao salário e aí nós vamos nessa cascata salarial que chega ao momento que estamos hoje, em que o próprio Governador se vê na circunstância de limitar a aplicação da URP, porque existem outros benefícios incorporados em leis que perante a sociedade paranaense estão esquecidos e que na verdade refletem em muito na arrecadação do Estado.

Mensagem n° 76: Altera o inciso III, do artigo 140, da Lei n° 6.174 - Vantagens do cargo em Comissão, para fins de aposentadoria, se contar com 12 meses, de simbologia geral e 36 meses de simbologia DAS.

É outro benefício que se concede a poucas pessoas que exercem funções gratificadas, porque se na verdade analisarmos o exercício de professores deste Estado, nem todos, aliás, muito poucos poderão exercer por 36 meses a simbologia DAS.

Mensagem n° 83 - a gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado será concedida nos percentuais de 5, 10, 15, 20, 25, 30 e 35%, respectivamente, por quinquênio de serviço público prestado ao Estado do Paraná.

Mensagem n° 99 - não percepção de vencimentos inferiores ao salário-mínimo e incidência de vantagem sempre sobre o vencimento básico, vedada a incidência recíproca.

Mensagem n° 1 - suprime do ordenamento jurídico o enquadramento do funcionário do Quadro Geral da Assembléia Legislativa que exerceu ou esteja exercendo mandato de Deputado Estadual e Federal no cargo de Pro-

curador.

Estas, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas e Senhor Presidente, as Mensagens sobre as quais recai o requerimento do ilustre Líder do PT.

Encerro estas minhas palavras ratificando o que disse no início; fico satisfeito em ver aqui o reconhecimento do Governo moralizador de Álvaro Dias pelo Senhor Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão o requerimento. Em votação. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Requerimento de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Proceder-se-á a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do nobre Deputado Pedro Tonelli, queiram levantar-se. Pausa. 10 (dez) Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. (Pausa). Dez (10) aprovam, 8 (oito) rejeitam. Não há "quorum" para votação.

A Mesa vai proceder à leitura da Mensagem do Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mensagem n° 43/88- Objetiva alterar a redação do artigo 1° da Lei n° 8.592, de 28 de outubro de 1987...

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura da Mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- O Projeto irá às Comissões competentes.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando a suspensão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 39/88. Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n° 41/88. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 156/87. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações sobre qual o órgão público estadual responsável pela aquisição do leite em pó contaminado pela radiação da Chernobyl. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dinorah Vieira Machuca, ocorrido no dia 12 de março do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, encarecendo informações de quantas ligações de água e esgoto existem nesta Capital. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo informações sobre o Projeto denominado P.I.C. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo providências pela atitude tomada pelo Delegado da Delegacia de Furtos e Roubos, que proibiu a jornalista "Gilsemara Cornelsen, dos Jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", de exercer suas funções naquela Delegacia. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde, encarecendo um médico ginecologista para prestar serviços no posto de Saúde Timbú, no Município de Campina Grande do Sul. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, para que o mesmo determine ao DER, o cascalhamento de estradas vicinais no Município de São Jorge D'Oeste. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um Posto de Serviços Telefônicos na comunidade de Santa Luzia, Município de São Jorge D'Oeste. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo a não importação de algodão em caroço, tendo em vista que tal fato prejudica os produtores de algodão cuja colheita está se realizando

no Estado. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, do Município de Goioerê. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Goioerê. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, visando auxílio financeiro para a Creche São José, no Bairro Jardim Alvorada, Município de Campo Mourão. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo Doutor Pedro Sampaio, por ocasião de sua posse na Superintendência Estadual da LBA. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Senhor Diretor de Divulgação do Foto Clube do Paraná, para a edição do livro "Assim é o Paraná", em preparação. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Congonhinhas. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Comissão Executiva deste Poder, pela indicação e designação do funcionário Nelson Augusto Araújo, para o exercício do cargo de Diretor da Diretoria de Assistência ao Plenário. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela passagem do dia 27 próximo dos 98 anos de sua Emancipação Política. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratula-

ções pelo lançamento da publicação "Perfis Parlamentares n° 32- Munhoz da Rocha", ocorrido no dia de hoje, nesta Capital. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, pela passagem do 116° Aniversário de Emancipação Política do Município de Tibagi, comemorado no dia 18 de março do corrente ano. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações em homenagem ao "Dia do Bibliotecário", ocorrido no dia 19 de março do corrente ano. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo a instalação de uma Agência Bancária, no Município de Sarandi. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos anais desta Casa, da "Carta de Paranaguá", contendo o posicionamento das universidades e faculdades paranaenses. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência do Projeto de Lei n° 386/87, de sua autoria sobre Utilidade Pública do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal - Pré-Núcleo Cosme e Damião. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a criação de um Fórum de Debates sobre a Raça Negra. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a creche São José, localizada no Jardim Alvorada, na Cidade de Campo Mourão. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a Creche Menino Jesus, no Município de Campo Mourão. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo apoio à reivindicação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, desta Capital. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do BADEP, Secretário de Estado da Agricultura e Superintendente Regional da LBA, encaminhando reivindicações da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Luzia-AFROSANTA, Município de São Jorge do Oeste. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando "voto de louvor" ao semanário "Gazeta do Sudoeste", em comemoração ao seu segundo aniversário de fundação. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a cobertura do pátio de recreio da Escola Osvaldo Cruz- ensino de 1º Grau, no Município de Campo Mourão. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da L.B.A., encarecendo auxílio financeiro para a Creche Alan Kardec do Município de Peabiru. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Esportes, encarecendo a construção de cobertura da cancha de esportes da Escola Osvaldo Cruz- Ensino de 1º Grau, no Município de Campo Mourão. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a implantação de uma linha de ônibus desde Ivaiporã, passando por Manoel Ribas, Cândido de Abreu, Reserva e chegando até Curitiba e vice-versa, sem baldeações. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo ampliação do contingente de soldados na 2.ª Companhia do 7º Batalhão de Polícia

Militar, com sede no Município de Cruzeiro do Oeste. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho, encarecendo auxílio financeiro à "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE", no Município de São João do Ivaí. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretários da Educação e do Trabalho, encarecendo auxílio financeiro à "Associação de Pais e Mestres- APM", do Colégio Estadual Marcílio Dias no Município de Itambaracá. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando voto de congratulações à COCAMAR - Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá pelos seus 25 anos de fundação. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Sociedade Rural do Noroeste do Paraná pelo sucesso na 17.ª EXPOFAPA - Exposição Feira Agropecuária de Paranavaí. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao SENAI, pela comemoração dos 45 anos de fundação. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Portuários do Porto de Paranaguá, pela comemoração dos 53 anos, no dia 17 de março do corrente ano. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações sobre qual a arrecadação mensal obtida através da doação feita pela Associação Profissional dos Lotéricos ao Governo do Estado. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do documento final da Assembleia Geral dos Pais e Alunos dos Estabelecimentos de Ensino Particular do Paraná, bem como o envio do documento às autoridades competentes. Encerrada a Discussão.

são.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para as Mensagens n.ºs 39, 51, 76, 83, 99 e 104/87. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências quanto ao material radioativo a ser depositado no Município de Piraquara. Encerrada a Discussão. Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio, inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para conhecimento do Plenário desta Casa, na última 5.ª feira nós ocupamos o plenarinho da Assembleia Legislativa e em nome da Comissão de Educação desta Casa, e em nome também a Comissão de Defesa ao Consumidor, nós fixamos um debate a respeito da situação das escolas particulares e, principalmente, o abuso da cobrança das mensalidades escolares. E deste debate que se iniciou por volta de 18h30m encerrando-se às 23h30m, tiramos um documento, um Manifesto que eu faço questão, em nome de todos aqueles que aqui vieram debater, os pais, os alunos, representantes de entidades, faço questão, de que fique nos Anais desta Casa e que sejam encaminhadas cópias deste Manifesto ao Governo do Estado do Paraná, ao Conselho Estadual de Educação, aos Ministros da Fazenda, Educação e Ensino Superior, ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, ao Presidente deste Poder, ao Serviço de Defesa ao consumidor - da Procuradoria Pública do Paraná, e à Superintendência Nacional de Abastecimento - a SUNAB, Manifesto baseado no seguinte teor: (Lê):

"MANIFESTO DOS PAIS E ALUNOS DAS ESCOLAS PRIVADAS DE CURITIBA

Nós, pais e alunos integrantes do Movimento de Pais e Alunos das Escolas do Paraná, em Assembleia Geral realizada na Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 17 de março de 1988, por convocação da Comissão de Educação do Poder Legislativo, e com a presença de várias entidades, como a União Metropolitana dos Estudantes de 1.º e 2.º graus de Curitiba, Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor, União Paranaense de Estudantes de 1.º e 2.º Graus, União Paranaense de Estudantes, a Senhora Professora Maria Dativa, Presidenta do Conselho Estadual de Educação, Doutora Dircinha Batista, da SUNAB, representando

o Delegado Adilson Amaro Alves, que se encontra em Brasília, exatamente discutindo o assunto também motivo desta Assembleia; o Deputado Algaci Túlio, representando a Comissão de Educação do Poder Legislativo, o Deputado Pedro Tonelli, o Vereador Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, ouvimos as explicações sobre o aumento das mensalidades escolares, com exposição do Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de 1.º e 2.º graus do Paraná, José Manoel Macedo Caron Júnior.

Após ouvirmos os depoimentos das entidades presentes, os depoimentos de pais que se encontram na iminência de perder a condição de manutenção de seus filhos em escolas particulares, e os testemunhos inclusive de professores, foi permitido o questionamento do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, que alegou as dificuldades óbvias referentes à situação econômica nacional, informou que a escola pública custa cinco vezes mais que a escola particular, que o ensino particular é muito melhor que na escola pública, entre outros argumentos, como folha de pagamentos, etc.

Os pais presentes demonstraram, com estatísticas do DIEESE, que de janeiro de 1986 a janeiro de 1988 a escola privada aumentou mensalidades em até 1.109%, enquanto no mesmo período a OTN subiu 645% e o salário mínimo 410%. Em janeiro de 1986, um trabalhador que ganhasse 10 salários referência gastava 7% de seus salários para manter um filho na escola particular, 14% para manter dois filhos e 21% para manter três. Em janeiro de 88, gasta 19% para manter um filho; 38% para manter dois e 56% para manter três.

Depois de acalorados debates não foi possível nenhum entendimento com os representantes do Sindicato, que no entanto, colocou-se à disposição dos pais, em sua sede.

Em vista da situação aflitiva gerada pelo aumento das mensalidades escolares, e pela total impossibilidade de um acordo negociado com o Sindicato, o Plenário propôs e aprovou o que se segue:

01. Exigimos que o Governo Federal REVOGUE imediatamente o esdrúxulo Decreto n.º 95.720/88, por ser, além de inconstitucional, também moralmente incompatível com a realidade social brasileira. Não podemos nós, pais com nossos ganhos tabelados pela URP, sustentar o esquema econômico e mercantilista das escolas, com correções abusivas e desleais.

02. EXIGIMOS que além de revogar o Decreto, o Governo Federal volte a impor mecanismos de controle de abusos no aumento das mensalidades escolares, e desde já, exigimos que os atuais valores cobrados

abusivamente, sejam imediatamente anulados, e uma nova tabela seja calculada com base na última mensalidade do ano passado sobre a qual se aplicará uma correção padrão e justa, de conformidade com os aumentos salariais dos trabalhadores.

03. FIXAMOS UM PRAZO até o dia 15 de abril para que o Governo Federal e as escolas se decidam pela diminuição das atuais mensalidades. Caso até aquela data não sejam tomadas medidas efetivas, nós pais, em união com as entidades estudantis e órgãos de classe que se sentem injustiçados, passaremos a organizar o boicote no pagamento das mensalidades e a exigir que o Governo encampe, como é de sua obrigação o ensino gratuito em todos os níveis, com vagas para todos.

04. Desde já, EXIGIMOS a participação dos pais e estudantes em condições de igualdade, e não como voto vencido, nas entidades que irão fiscalizar os valores das mensalidades escolares e qualidade do ensino. Nós temos o direito de manifestar nossas razões em assunto de nosso interesse, e pelo qual somos obrigados a pagar.

05. Fica desde já, criada a Comissão de Pais, que nos representará junto aos órgãos de fiscalização, sendo os seguintes nomes, que começaram o Movimento de Pais e alunos do Paraná: Joelcio Madureira, Altevir R. Andrade, Stela F. Formaggio, José Granvil Vello, Egor Webster, Olavo L. Leme Júnior, Neusi da Silva Vlatoski, Carlos H. Wolff, Rubens S. Mazza, Maria da Graça O. Brum.

06. REQUEREMOS também que o MEC cesse imediatamente o envio de toda e qualquer verba a fundo perdido às escolas particulares.

07. Exigimos que os pais possam se fazer representar na reunião marcada para o dia 23 de março, em Brasília onde o Ministro da Educação vai ouvir das escolas as explicações sobre se houve abuso na cobrança das mensalidades. Nós, pais, podemos comprovar os abusos, e por isto, porque somos nós que pagaremos, devemos também participar deste encontro, bem como de todos os outros que ocorram ainda dos órgãos que vierem a controlar as mensalidades escolares, onde devemos ter livre acesso às planilhas de custos das escolas.

Finalmente, decidimos que se dê ciência das presentes reivindicações a todas as autoridades da área educacional, aos políticos e aos pais e alunos, bem como à Imprensa.

Curitiba, 17 de março de 1988.

(a) ASSEMBLÉIA GERAL DOS PAIS E ALUNOS DAS ESCOLAS DO PARANÁ

Termina de ler.

Fato verificado, como já disse, no dia 17 aqui no plenarinho desta Casa.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Deputado, queremos parabenizá-lo pela eloquente exposição que faz em defesa dos alunos, dos estudantes, daqueles que buscam através do banco escolar o desenvolvimento do nosso País, Realmente ficamos estarecidos e bastante preocupados. Quando se vê a atitude do MEC, ninguém pode entender. Muito menos nós, políticos e que esperamos dos órgãos do Governo que procurem organizar, fazer cumprir a disciplina, a lei, para que a população brasileira possa ser servida. O MEC no ano passado concedeu uma bolsa de primeiro grau no valor de 980 cruzados. Neste ano, ele elevou esta bolsa para 3 mil e 800 cruzados, aproximadamente 200, 300 e poucos por cento. Em relação ao segundo grau, o MEC concedeu uma bolsa no ano passado de 1.200 cruzados. Este ano elevou para 4 mil 300 e poucos. O MEC eleva a concessão, o valor da concessão de bolsa na ordem de 300, 350%, mas concede ao ensino particular, que está buscando um lucro fácil, explorando a juventude que busca um melhor caminho através da escola, até um aumento afirmado por Vossa Excelência e eu tenho certeza disto, porque pago Universidade, tenho três filhos na Universidade, de até 1100%.

Isto é um abuso, é um desrespeito com as autoridades brasileiras. Achamos e entendemos que o País está caminhando na verdade para a anarquia. Não queremos admitir, lutamos para que o nosso País tenha um melhor caminho, para que a política brasileira seja conduzida com seriedade. Mas, no entanto, nos decepciona ver que aqui desta tribuna, Deputados às vezes permanecem em silêncio, mas na hora da votação estamos aqui para proteger aquilo que serve melhor a população.

Mas aí fora o empresário nos acusa. Acusa os políticos. Eu também sou empresário, também às vezes faço acusação. Mas neste momento sentimos, os empresários do sistema educativo do nosso Estado, ou do nosso País estão se aproveitando da grande massa jovem que aí está, precisando de escolas, e o que existe é uma deficiência de escolas oferecidas pelo Governo, de ensino gratuito. Os empresários do ensino estão conquistando lucro fácil, verdadeiras fortunas e naturalmente recebendo ainda apoio do Governo. Todos os dias batem às portas de nossos gabinetes os estudantes que, agoniados pela vontade de vencer, procuram e pedem uma bolsa de estudos que nem temos para dar, a não ser a pequena verba de gabinete que fazemos concessão para ajudar alunos. Porém é insuportável pagar dez, doze bolsas de estudo. Agora, vem as cen-

tenas, às milhares e o MEC que deve conduzir a política educacional, que deve agir com seriedade, fechou os olhos e está deixando com que os empresários do ensino transformem os bancos escolares em verdadeiras empresas de grande lucro.

Parabéns a Vossa Excelência. Continue neste trabalho. Estaremos ao seu lado defendendo os jovens que precisam do ensino barato, para que a educação seja melhor no nosso País.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado. Apenas para completar, parece-me que Explicações Pessoais seriam quinze minutos, Senhor Presidente. Estou sem som, não sei se me faço ouvir. Obrigado, Senhor Presidente.

Obrigado, Senhor Presidente. Então, eu queria dizer que foi um trabalho não deste Deputado. Mas sim, foi um trabalho desta Casa, em especial da Comissão de Educação, cuja Presidenta, Amélia Hruschka, Deputada, permitiu-me representá-la. E evidentemente, na justificativa, pela ausência dos demais Parlamentares, esclarecia ao Plenário que a maioria já tinha assumido compromisso e evidentemente muita gente é do interior e precisava voltar às suas bases. Mas, de qualquer maneira, a Assembléia estava abrindo as portas desta Casa para que o assunto fosse debatido, como realmente aconteceu. Concedo aparte ao Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Muito obrigado, Deputado Algaci túlio. Eu gostaria de endossar as suas palavras e a sua brilhante preocupação, trazida neste Plenário, neste dia, que está sendo, creio eu, preocupação da maioria dos paranaenses que estão hoje revoltados, porque um dos artigos mais importantes da Constituição não está sendo cumprido pelo Governo, que é o dever do Estado e o direito da população, ao ensino público e gratuito.

Participei de parte deste encontro com a família escolar, os pais, alunos, professores, associações e me senti completamente sensibilizado pela situação horrível em que se encontram os pais, principalmente, que sustentam o ensino nas escolas particulares.

E a sua preocupação, Deputado Algaci Túlio, é completamente procedente. E é preciso que esta Casa política se manifeste, que grite, porque não podemos mais admitir que continue também no ensino, esta política nacional de privatização dos setores públicos, onde o Estado delega à iniciativa privada e a quem pode mais, para usufruir lucro àqueles que deveriam prestar o serviço público, que é compromisso do Estado.

Por isso, Deputado, parabéns por esta

brilhante preocupação que trouxe a esta tribuna. E o Partido dos Trabalhadores se solidariza com esta preocupação, que é preocupação, creio eu, da maioria dos paranaenses e preocupação deste Parlamentar, do PDT, que traz à tribuna desta Casa. Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Pedro Tonelli. Fica, portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, anexado aos Anais desta Casa este Manifesto. Manifesto dos pais e alunos das escolas privadas de Curitiba, que nós solicitamos mais uma vez: cópia seja encaminhada ao Conselho Estadual de Educação, aos Ministros da Fazenda, Educação de Ensino Superior, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ao Presidente deste Poder, ao Governo do Estado do Paraná, ao Serviço de Defesa ao Consumidor, da Promotoria Pública do Paraná, à Superintendência Nacional de Abastecimento, SUNAB.

Fica, também, desde já, o nosso agradecimento ao corpo de funcionários desta Casa, que mesmo em razão de adiantado da hora, começamos às 18h30m e terminamos por volta de 23h30m aqui permaneceram, possibilitando a todos aqueles que vieram a esta Casa, a Casa do Povo, pudessem com tranquilidade debater este assunto importante, que é este aumento exorbitante das mensalidades nas escolas particulares. O mercantilismo que está se impondo à classe estudantil, aos pais que estão em desespero. E nós, Deputados, que recebemos, eu recebi em meu gabinete dez bolsas de estudo do MEC, no valor de três mil e alguns poucos cruzados. Não paga nem sequer a primeira mensalidade em uma escola particular.

Fica portanto, registrado este Manifesto.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para terça-feira, dia 22, às 15:00 horas, uma Sessão Solene de Entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Reverendíssimo Padre José de Almeida Penalva.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^o 55/85, 39 e 40/88.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.^o 01/88.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 24, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°
127, 180 e 340/87.

Marca anida, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 357
e 362/87.

Levanta-se a sessão.